

MERCOBRASIL

ROBERTO GAMA E SILVA
Contra-Almirante (Ref^o)

Uma das grandes diferenças, senão a maior, nas trajetórias do Brasil e dos Estados Unidos da América tem sua origem na maneira como os dois países se separaram das respectivas metrópoles.

No Brasil, como é sabido, não houve propriamente uma ruptura com Portugal e, como consequência, uma mudança de comportamento após a independência política.

Além de ter aceito a responsabilidade pelo pagamento de uma dívida de 2 milhões de libras esterlinas, contraída por Portugal junto à Inglaterra, para “escravidar o Brasil”, no dizer de José Bonifácio, O Patriarca, o Imperador Pedro I ainda concordou que o seu pai, o rei João VI de Portugal, ostentasse o mesmo título de Imperador do Brasil, conforme este último fez constar na “Carta de Lei”, de 15 de novembro de 1825, que aprovou o “Tratado” com que Portugal reconheceu a independência política do Brasil.

No tocante ao comportamento do novo Estado, prosseguiu o Brasil com o estigma colonial de fornecer, desvairadamente, bens primários para os países mais avançados, para compensar a aquisição externa de produtos mais sofisticados, vício que, deploravelmente, ainda perdura até hoje.

Tal acomodação perniciosa fez com que o Brasil perdesse o bonde da industrialização!

Os norte-americanos, ao contrário, cortaram abruptamente os laços que os ligavam à Monarquia inglesa, em obediência fiel às recomendações de Thomas Paine, contidas no livro *Common Sense*: “o sangue dos mártires e a voz lamuriante da natureza clamam pela separação”.

E assim foi feito!

A proclamação da independência política, em julho de 1776, resultou de um longo período de guerra, iniciado em 19 de abril de 1775, na cidade de Lexington, e só decidido em 19 de outubro de 1781, com a ren-

dição do comandante das tropas inglesas, Lorde Cornwallis, em Yorktown, Virginia.

O novo Estado, formado com a união das 13 colônias originais, logo assumiu postura introspectiva, tratando de promover o bem-comum a partir dos seus próprios recursos. A preocupação com o desenvolvimento interno, incluindo a expansão do domínio territorial e do mercado interno, chegou a tal ponto que, decorridos mais de cem anos, sem que qualquer dignitário norte-americano de primeiro escalão visitasse a Inglaterra, quando lá aportou o General Ulysses Simpson Grant, em viagem particular, depois de ter comandado os exércitos da União na Guerra de Secessão e de cumprir dois períodos de mandato presidencial (1869 a 1877), foi logo interpelado pelo prefeito de Sheffield sobre o motivo da aversão do seu país em relação ao livre comércio.

A resposta de Grant foi incisiva e exemplar: "Durante séculos a Inglaterra usou o protecionismo, levado ao extremo, para obter resultados satisfatórios para o seu povo. Não há nenhuma dúvida de que essa postura foi responsável pelo seu poderio atual. Agora, decorridos muitos anos, a Inglaterra julga proveitoso adotar o livre comércio, por considerar-se forte e próspera o suficiente para abolir o protecionismo. Nós, dos Estados Unidos da América, estamos progredindo rapidamente e, no futuro, vamos competir com a Inglaterra em todos os mercados do mundo. Af então, quando esgotados todos os benefícios oferecidos pelo regime protecionista, chegará a nossa vez de batalharmos pelo livre comércio".

A continuidade dessa estratégia, ao longo dos anos, elevou o país à prosperidade e à posição de destaque que hoje desfruta no cenário internacional.

Como previra Grant, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, os norte-

americanos, devidamente fortalecidos, insistiram para que todos os Estados das duas Américas adotassem a "política de portas abertas" (*open door policy*), conforme consta nas atas da célebre Conferência de Chapultepec, realizada na cidade do México. A medida não chegou a ser aprovada, devido à oposição de alguns dos participantes, dentre eles o Brasil, então sob a esclarecida direção do Presidente Getúlio Vargas.

No momento, após disseminarem o vírus fatal da globalização no "Novo Mundo", os norte-americanos voltam à carga com a idéia da criação de uma área de livre comércio regional, a chamada ALCA, versão atualizada da *open door policy* de Chapultepec.

Se já se havia facilitado o acesso dos estrangeiros ao compartimento econômico dos países que caíram no "conto da globalização", agora, com a adesão ao novo pacto econômico, conceder-se-á exclusividade ao Estado mais poderoso do planeta para que disponha de todos os bens daqueles que reincidirem no erro, caindo no "conto da ALCA".

Com efeito, no caso do Brasil, que nos interessa, a situação de grande inferioridade financeira em que se encontra perante o gigante do Norte, como bem demonstram os índices anuais de produção dos dois países – 9 trilhões de dólares para os Estados Unidos da América e 651 bilhões para o Brasil (relação aproximadamente igual a 11:1) –, óbvio está que esse tipo de associação não trará qualquer benefício para o primo pobre.

No tocante ao primo rico, inverte-se a situação, uma vez que os norte-americanos, para chegarem à posição que hoje desfrutam, já consumiram boa parte dos recursos naturais localizados no seu próprio território, circunstância que os tornam vulneráveis sob o prisma estratégico.

Enquanto isso, o endividado e dependente Brasil é, incontestavelmente, o campeão mundial dos recursos naturais, portanto potencialmente forte e rico.

Destarte, só há uma resposta digna para a insistência norte-americana em agregar o Brasil à ALCA: aquela dada aos ingleses de Sheffield pelo ex-Presidente Ulysses Simpson Grant.

Isto posto, faltará, apenas, mudar o pensamento dos brasileiros em relação às associações econômicas que em nada contribuem para o seu próprio bem e, como conseqüência, transformá-los em adeptos incondicionais do "MERCOSUL", isto é, do mercado interno do próprio país.

O "MERCOSUL" é a única opção à disposição dos brasileiros para o rompimento do círculo vicioso do subdesenvolvimento. Incorporando ao processo econômico, com boa aceleração, os 60 milhões de compatriotas que sobrevivem abaixo do limite da miséria e mais os 80 milhões classificados como pobres, desencadear-se-á uma reação em cadeia capaz de multiplicar geometricamente a riqueza do País, distribuindo-a, com justiça, entre todos os habitantes desse Brasil prodigioso.

Para deflagrar o processo, entretanto, faz-se necessário que os governantes sejam sobretudo nacionalistas, além, é claro, de probos, competentes e eficientes.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História do Brasil /; Globalização;

FLÂMULA DE COMANDO

No topo do mastro dos navios da Marinha do Brasil existe uma flâmula com 21 estrelas. Ela indica que o navio é comandado por um oficial de Marinha. Se alguma autoridade a quem o comandante esteja subordinado organicamente (dentro de sua cadeia de comando) estiver a bordo, a flâmula é arriada e substituída pelo pavilhão-símbolo daquela autoridade. A flâmula é trocada nas passagens de comando e em nenhum outro caso é arriada.

Riachuelo

Submarino-Museu



A vida embaixo d'água

Ele passou 17.699 horas e 41 minutos embaixo d'água. Imagine, dias e dias sem sentir o calor do sol, imerso na solidão dos oceanos. Esta foi a jornada do Submarino *Riachuelo*. Construído em 1973, na Inglaterra, foi incorporado à Armada Brasileira em 27 de janeiro de 1977.

Esteve em atividade por 20 anos, navegando 181.924,88 milhas. Em 1997, passou para o Serviço de Documentação da Marinha, sendo transformado em submarino-museu. Visite o *Riachuelo* e tenha uma noção da vida a bordo ao percorrer os seus compartimentos. Conhecendo os armamentos, máquinas e outros equipamentos do *Riachuelo*, você vai experimentar um pouquinho do dia-a-dia dos submarinistas.

O *Riachuelo* está atracado ao cais do Espaço Cultural, Av. Alfred Agache, s/nº - Centro. A visitação pode ser realizada diariamente das 12h às 17h.

Visitas guiadas para escolas e grupos podem ser marcadas pelos telefones (0XX-21) 3870-6025 e 3870-6879.